

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CIBERATIVISMO: NOVA FORMA DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Vinicius Silva Gouveia

Juiz de Fora
2017

CIBERATIVISMO: NOVA FORMA DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Vinícius Silva Gouveia

Artigo apresentado como Trabalho de
Conclusão de Curso do Bacharelado em
Ciências Sociais.

Juiz de Fora
2017

CIBERATIVISMO: NOVA FORMA DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA¹

Vinícius Silva Gouveia²

RESUMO: Com a crise da democracia representativa ao redor do mundo, o tema ciberativismo ganhou bastante notoriedade durante os últimos anos. Munidos das novas ferramentas tecnológicas, a sociedade contemporânea passou a requerer maior participação sobre as decisões políticas, não almejando apenas serem representados, querem exercer maior controle sobre as ações das instituições governamentais. A internet torna-se o canal onde a sociedade civil se organiza e a partir dela se mobiliza contra a opressão do Estado. O presente artigo tem como objetivo compreender e analisar como que se caracteriza a mobilização política contemporânea na Era informacional. O trabalho visa destacar o impacto que as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação trouxeram no modo de se fazer política e como os indivíduos se organizam a partir dela. A princípio para exemplificar melhor as mudanças, focarei nas manifestações de Junho de 2013 ocorridas no Brasil. O artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Sociedade. Mobilização.

¹ Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, com a orientação do Professor Dr. Raul Francisco Magalhães.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Bacharelado em Ciências Sociais).

ABSTRACT: With the crisis of representative democracy around the world, the cyberactivism theme has gained a lot of notoriety during the last years. Armed with the new technological tools, contemporary society began to require greater participation on political decisions, not only aiming to be represented, but also to exercise greater control over the actions of governmental institutions. The Internet becomes the channel where civil society organizes itself and from it mobilizes against the oppression of the State. This article aims to understand and analyze how contemporary political mobilization is characterized in the Information Age. The paper aims to highlight the impact that the New Information and Communication Technologies have brought in the way of doing politics and how individuals organize themselves from it. At the beginning to better exemplify the changes, I will focus on the June 2013 demonstrations in Brazil. The article is the result of a bibliographical research.

KEYWORDS: State. Society. Mobilization.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me abençoado nessa etapa da minha vida.

Agradeço a todo corpo docente da Universidade e a todos os funcionários de modo geral, que dedicam a sua vida para o progresso da instituição.

Agradeço ao Raul Magalhães por dedicar o seu tempo me orientando neste trabalho.

Por fim, agradeço a minha família e amigos que estiveram presentes nessa jornada. Principalmente, aos meus pais e irmãos. Enfim, agradeço a todos envolvidos na elaboração desse artigo, sendo de forma direta ou indireta.

1-INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante mudança, logo seus anseios tendem a se adequar à necessidade de cada período. Na sociedade contemporânea, as tecnologias foram incorporadas ao nosso modo de vida. A era Industrial ficou no passado, vivemos a Era Informacional, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) influenciam no nosso modo de vida e conseqüentemente modificam a nossa forma de relacionar e de fazer política (CASTELLS, apud GUIBORDÍ e BORÍN, p.245). Anteriormente os veículos de comunicação brasileira tinham o monopólio sobre a informação e partilhavam da mesma “ideologia” política, a do *status quo*, pautas polêmicas não eram tratadas, as informações que chegavam à população brasileira de um modo geral eram parciais e combatiam com vigor tudo que ia contra seus interesses (MALINI;ANTOUN, 2013). As novas tecnologias trouxeram consigo outro espaço de debate, onde todos podem opinar. Os indivíduos passaram a ter acesso às informações e a propagar novas ideias, enfim, o ciberespaço é um lugar onde todos os indivíduos independente de gênero e idade têm a possibilidade de se manifestar sobre diferentes assuntos. O ciberespaço surge como um meio de se produzir mobilizações políticas através da rede, atrair novos simpatizantes à causa e propagá-la pelo mundo.

Como frisado anteriormente, e é muito bom destacar, a difusão de informação foi o marco do nosso tempo ou o evento mais destacado pelos autores. A informação é a chave de tudo, principalmente quando se quer captar maior número de seguidores a uma determinada causa. Antes existia um domínio sobre ela, hoje o acesso tornou-se mais democrático. O ciberespaço e a sua gama infinita de informações propiciaram o amadurecimento político e social de vários atores (LÉVY 2003 apud MACEDO, RETT E COSTA, 2012). O acesso à informação trouxe consigo uma emancipação intelectual, conseqüentemente quanto maior a gama de conhecimento e experiência que o indivíduo adquire, maior serão suas pretensões. O ciberespaço propiciou que cada indivíduo falasse por si próprio, sem precisar de representantes, fundando um novo modelo de mobilização política (MALINI; ANTOUN, 2013). Há autores que contestam esse efeito emancipador da internet. Segundo Wu, em sua obra: “*Radicalismos e intolerância na rede: os riscos do ciberativismo*” existem filtros de informações nas redes que selecionam a notícia de acordo com a preferência do usuário, extinguindo um debate de ideias, o indivíduo

só consome o conteúdo que lhe agrada, reforçando certo tipo de alienação e intolerância. O autor questiona até que ponto esses filtros de informação são realmente neutros, pois além de serem usados pelas redes sociais como: Facebook e Twitter são também utilizados pelo Google. Levando em conta essas duas linhas de pensamento, tentarei responder a seguinte questão: Quais as transformações que o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação especialmente a internet, provocou no processo de mobilização política?

Para tentar responder à pergunta, utilizarei duas mudanças marcantes que possivelmente interferiram sobre o modo de mobilização política na sociedade contemporânea: na primeira mudança, os produtores de informação antes eram restritos aos veículos de imprensa tradicionais. Hoje todos podem fazê-las, produzindo uma gama muito maior de informação de diferentes gostos. A outra causa é o Estado tentando se adequar ao novo cenário e à uma nova demanda da sociedade, abrindo espaço para que os indivíduos possam ter maior poder de decisão dentro da política, criando um canal de mobilização contra suas ações. A primeira hipótese foi trabalhada no artigo: *“Virtualidades em Movimento e Ciberdemocracia :#foramicarla em Natal – RN”* e está ligada à mudança do consumidor de informação na sociedade contemporânea, anteriormente eram receptores passivos de informação, agora são agentes ativos, produzem e compartilham as informações, (Macedo; Rett; Costa, 2012). “Basta um aparelho móvel conectado para que sejam publicados relatos por meio de vídeo, texto e fotos, direto do local dos acontecimentos” (CARVALHO, 2011, p.101 apud Macedo; Rett ; Costa, 2012). A outra hipótese retrata o direito sobre a informação. Segundo Raminelli e Oliveira (2014) o Estado a fim de ampliar a relação entre cidadãos e instituições, passou a fornecer informações à sociedade por meio da internet através das redes sociais, inaugurando a gestão mais transparente, onde qualquer indivíduo pode comentar suas notícias, criticá-las ou apoiá-las. “Em 2011 promulgou sua Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei n. 12.527), referente à transparência governamental” (OLIVEIRA e RAMINELLI, 2014, p.159).

O presente artigo tem como finalidade demonstrar como as TICs impactaram a mobilização política contemporânea, seus diversos avanços e também suas limitações. Quero destacar a relação entre a sociedade civil e as instituições governamentais, como ela se caracteriza nos dias atuais. Para realizar essa tarefa,

fiz uma pesquisa bibliográfica, dando ênfase também às fontes primárias: jornais, revistas e documentários. E ainda utilizei alguns artigos da legislação. Como o trabalho é sobre tecnologia, busquei captar fontes de informações recentes.

O que mais me incentivou a trabalhar com esse tema foram os levantes que aconteceram ao redor do mundo, principalmente a revolução no Egito em 2011 e as manifestações de Junho de 2013 no Brasil. Ambos os eventos sofreram resistência logo em seu começo, foram reprimidos tanto pelas forças policiais, quanto pelas mídias tradicionais e posteriormente conseguiram divulgar suas pautas, captando um grande número de pessoas para a luta através das TICs. O ciberespaço mostrou o seu poder, indivíduos se juntaram para lutar contra a opressão dos órgãos estatais e de ideias reacionárias que antes eram incontestáveis. As manifestações de Junho de 2013 foram um marco, milhares de pessoas foram às ruas de todo país para demonstrar seus descontentamentos sobre diferentes temas como: o aumento da tarifa de ônibus, a má qualidade dos serviços públicos, os gastos excessivos para a realização de eventos esportivos e a corrupção. O movimento se originou em Porto Alegre, mas ganhou força em São Paulo, organizado pelo Movimento Passe Livre e posteriormente se espalhou por todo país. A princípio a luta era contra o aumento da passagem de ônibus, depois diversas outras pautas foram incorporadas. Já no caso da revolução do Egito, o estopim da revolta foi o assassinato de um blogueiro executado por policiais ao gravar cenas de extorsão policial. Através desses acontecimentos, três anos mais tarde o presidente Mubarak foi deposto. Esses eventos só foram possíveis graças aos movimentos surgidos e organizados na rede, com isso se criou um meio em que os indivíduos (povo) podem se mobilizar e promover resistência contra a opressão da estrutura (Estado). Numa democracia plena, todas as minorias teoricamente têm que ter representatividade, isso só foi alcançado na sociedade contemporânea (Era Informacional), as minorias podem expor suas pautas através do ciberespaço.

O presente artigo foi dividido em quatro seções: a primeira é a introdução; a segunda seção: A era informacional e seus desdobramentos no campo da política é dividida em três subseções que são: As TICs e as novas possibilidades de se fazer política; e-GOV: adequando-se a demanda social e a Era informacional e suas restrições. Já a terceira seção é a Jornada de Junho de 2013, por fim, a última seção é a conclusão.

2- A ERA INFORMACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DA POLÍTICA

A era informacional é um termo utilizado por Castells para definir a sociedade pós-industrial, marcada pelo nascimento de novas tecnologias de informação e comunicação. Esses avanços tecnológicos afetaram tudo dentro da sociedade contemporânea, desde os indivíduos, instituições e as relações entre eles. “[...]As atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais em todo o planeta encontram-se estruturadas pela Internet e em torno dela” (CASTELLS, 2011 apud GUIORDÍ; BORÍN, 2014, p.245).

A representação no seu nascimento, fora um grande marco para sua época, se fez necessário na sociedade industrial, onde o proletário a fim de resguardar e reivindicar seus direitos sociais e políticos se associaram em partidos e movimentos sociais no intuito de eleger seus representantes (GUIORDI; BORIN, 2014). “[...] As ações coletivas se aglutinavam em torno da ideia de partido e classe que representava o indivíduo e buscavam um espaço na *polity*/estrutura.” (GUIORDI; BORIN; 2014, p.243). Porém, com o advento das TICs , possibilitou o surgimento de um novo meio de intermediação entre estado e sociedade. Na sociedade contemporânea, a internet propiciou um canal direto, extinguindo a necessidade de representantes, onde o indivíduo pode se manifestar, se organizar e lutar através da rede. “O ciberespaço pode ser uma forma razoável de desenvolvimento da democracia representativa, possibilitando a invenção de uma forma de democracia direta (participativa), tendo por mediador apenas uma ferramenta eletrônica.” (SILVESTRI, 2015 apud, GINDRE, 2016, p.14).

Nota-se que nesse novo modelo de mobilização extinguiu-se a necessidade de um “salvador da pátria”, o indivíduo ganhou autonomia e possibilidade para mudar a sua própria realidade. Todas as anomalias sociais existentes no seio da sociedade são criadas por ela mesma, “os ‘males’ da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar.” (TORO; WERNECK,1996 apud GINDRE, 2016, p.6).

2.1- AS TICs E AS NOVAS POSSIBILIDADES DE SE FAZER POLÍTICA

“Desde os anos 80, a mídia de massa foi transformada em canal de ocultamento e desvio de atenção das notícias que contrariavam os governos e as megacorporações” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 173). “Cada vez mais ela vê seu lugar de mediadora social da opinião pública ser denunciado e rejeitado como coercitivo por partes significativas das grandes massas, que antes se deixavam de bom grado representar” (RUSHKOFF, 1999 apud MALINI; ANTOUN, 2013, p.153).

O “crescente acesso à internet associado a disseminação da telefonia celular, tem mudado a forma como as pessoas interagem, como acessam a informação e como participam da política” (GRINDRE, 2016, p.10). A evolução tecnológica proporcionou que qualquer indivíduo possa ser produtor e disseminador de conteúdo. A rede é um lugar no qual um grupo, ou um indivíduo, pode divulgar e compartilhar informações de diferentes assuntos. Durante muito tempo, os grupos minoritários não tinham espaço para divulgar e captar seguidores a sua causa, agora isso é feito de uma forma muito mais prática. Anteriormente, os veículos tradicionais de imprensa eram os principais responsáveis pela produção e difusão de informações, hoje, com as TICs cada pessoa munida de tal tecnologia pode divulgar seus relatos e produzir uma contra-informação. A web é um local utilizado pelos manifestantes para:

“angariarem simpatias, organizar manifestações, protestos e divulgar em tempo real os acontecimentos de dentro dos movimentos chamando a atenção da grande mídia, para causas comuns a milhares de cidadãos e que antes não tinham visibilidade” (GUISORDÍ; BORIN, 2014, p.246)

Esse novo modelo de mobilização política oriundo da rede é denominado ciberativismo. “Trata-se de uma nova cultura de protestos nas quais milhares de pessoas agem em conjunto independentemente do local e do tempo” (BECKEDAHN, 2012 apud GUISORDÍ; BORIN, 2014, p.247). A rede é um canal onde tramita um grande número de informações de diferentes temas, de fácil acesso, facilitando a organização de mobilizações políticas. Através dela, grupos ou indivíduos pregam e denunciam diferentes pautas, com intuito de conscientizar a fim de se organizar e prover uma resistência dentro e fora da rede. (MARTINS, 2014 apud GINDRE, 2016).

Numa entrevista concedida a um jornal brasileiro³, o filósofo Pierre Lévy destaca que as manifestações *online* não são inferiores as mobilizações políticas tradicionais, como o protesto de rua, porém é importante ressaltar que para o pesquisador é necessário investir na alfabetização *online* para aprofundar o debate de ideias na web. Segundo Levy: “qualquer forma que o cidadão use para se expressar é positiva” (LUPION, 2014 apud GINDRE, 2016). A manifestação contemporânea, influenciadas pelas TICs se destacam por serem híbridas, mescla de ocupação do espaço físico com o ciberespaço, o *modos operandi* se modificou, mas não sua essência. (MACEDO; RETT; COSTA, 2012). Há um senso comum na sociedade que mobilizações sociais são associadas única e exclusivamente a protestos de rua, porém essa crença não é verdadeira. A mobilização social existe quando um grupo de indivíduos, com objetivos comuns, se une para saná-los. (TORO; WERNECK, 1996 apud GINDRE, 2016).

Essa ideia de que só a manifestação de rua surtiria efeito é ilusória. Uma mobilização social não terá êxito se não fizer pressão contínua sobre as estruturas que detêm o poder dentro da sociedade. Segundo Tufekki (apud GINDRE, 2016, p.23) as passeatas em si são importantes, mas elas são só o começo da luta, os indivíduos não podem se associar em só alguns grandes atos, é preciso pressionar o sistema por um tempo indeterminado, até que se tenha êxito. O sistema, a classe política têm mecanismos de autopreservação, detêm o controle sobre forças repressoras, possuem dinheiro e toda uma estrutura para se manterem vivos em meio a crise, por isso a luta para mudar o sistema é lenta e muito difícil. Essa parte é bastante importante destacar, aqui podemos ter uma ideia do porque as Jornadas de Junho de 2013 tiveram êxito. O movimento responsável por propagar e articular a luta foi o Movimento Passe Livre. Para engajar mais, seus componentes pararam de fazer manifestações periódicas e decidiram chamar manifestações todos os dias, podemos crer que essa decisão foi fundamental para sucesso da luta.

³ Entrevista disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/geral,levy-nao-sou-contrario-o-ativismo-de-sofa,10000034035>; acessado em: 05 de junho de 2017.

2.2- E-GOV: ADEQUANDO-SE A NOVA DEMANDA SOCIAL

Segundo Oliveira e Raminelli (2014) apesar da constituição de 1988, que garantia o direito à informação, este só passou a ser assegurado de fato a partir 2011, quando foi promulgada a lei sobre acesso a informação. O intuito desta lei foi aumentar a transparência governamental e estreitar a relação entre cidadão e Governo. “Denominada como Governo eletrônico ou e-Gov, e diz respeito justamente à modernização dos serviços e da gestão pública por meio de ferramentas eletrônicas.”(OLIVEIRA; RAMINELLI, 2015, p.160). A lei n.12.527:

“Oportuniza que qualquer cidadão requeira informações acerca de dados governamentais (desde que não sigilosos) e, ainda mais, determina que a Administração Pública apresente, sem provocação, todos os documentos de interesse público, preferencialmente fazendo uso das TICs” (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014, p.160)

“[...] O direito a informação é essencial para a busca de uma sociedade participativa e democrática, ‘uma vez que a informação é à base da vida’ e ‘constitui a base das relações humanas e sociais” (GONÇALVES, 2003, apud OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014, p.163). Com a demanda crescente da população por maior espaço no campo da política, as instituições governamentais brasileiras começaram a criar mecanismos para prestar contas à sociedade. Os indivíduos não querem só votar, “o cidadão visa, também, uma fiscalidade do Estado, o uso consciente dos serviços públicos, da segurança social, uma análise do comportamento em relação à lei e à polícia, ao ambiente natural” (MADEC; MUARD, 1988 apud GOMES; LIMA, 2015, p.50). “A difusão da nova tecnologia no cotidiano do cidadão moderno está forçando os governos a utilizá-la em todos os aspectos possíveis de atendimento e administração pública”. (EISENBERG; CEPIK, 2002, p.103).

O governo eletrônico busca o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas instituições governamentais à sociedade. Acredita-se que através desse mecanismo, haverá uma aproximação entre governo e cidadão, propiciando um serviço público mais humano e democrático. Segundo Eisenberg e Cepik (2002), a fim de suprir essa demanda social por participação e fiscalização sobre administração pública, os governos municipais, estaduais e nacionais começaram a adotar medidas no intuito de estreitar e aprofundar essa relação. O Facebook se transformou na principal ferramenta utilizada pelos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário para cumprir

tal tarefa, essas instituições passaram a criar Fanpages⁴ no intuito de prover uma relação direta com a sociedade. Através do Facebook, o cidadão pode curtir, compartilhar e emitir opiniões sobre as ações governamentais. (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014).

2.3- A ERA INFORMACIONAL E SUAS RESTRIÇÕES

Para produzir um conhecimento consciente sobre o tema é fundamental também enumerar suas limitações, as duas mais impactantes que o trabalho abordará, serão: o primeiro entrave estará relacionado à questão econômica; como vivemos num país pobre e excludente, uma grande parte da população não tem acesso a essas tecnologias, já o segundo dilema tem haver com os filtros de notícias de acordo com o gosto do usuário, utilizados pelas grandes plataformas de comunicação e mídia social.

Para Gomes e Lima (2015), as desigualdades econômicas e sociais inibem o acesso universal sob as novas tecnologias da informação e comunicação e criam grupos de excluídos digitais. Segundo dados produzidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em uma pesquisa realizada em 2013:

“[...]apenas 49% da população brasileira com 10 anos ou mais é usuária da internet, fator que é acentuado pelas desigualdades regionais (regiões Sul e Sudeste com 55 e 54%, regiões Norte e Nordeste com 30 e 31% e região centro-oeste com 46%), e desigualdades econômicas (classe A com 97% e classes D e E somente 6% com acesso)” (GOMES; LIMA, 2015, p.53).

Analisando os dados da pesquisa, observa-se que os menos favorecidos ainda continuam segregados, sem direito de expor suas reivindicações e participar mais ativamente das questões de seus interesses. O debate político continua restrito a determinadas classes. Segundo Peruzzo (2005 apud LIMA; GOMES, 2015), essa desigualdade favorece as classes ricas e médias criando hegemonias antidemocráticas e elitistas.

⁴ Fanpage ou página de fãs: é uma página específica do Facebook utilizado por empresas, instituições ou marcas, com fins lucrativos ou não com o objetivo de interagirem com seus clientes, segundo o artigo: O que é uma Fanpage; Disponível em: <https://aldabra.com.br/artigo/o-que-e-uma-fanpage>; acessado no dia: 06/06/2017.

O outro dilema será tratado por Wu⁵, devido à escassez de tempo na vida contemporânea e a grande gama de informações que circulam na web, variadas plataformas na net utilizam-se de filtros no intuito de facilitar a vida do usuário. O conteúdo fornecido pela rede em sua maioria, são informações pré-selecionados, não existe acesso a todo conteúdo, existe sim acesso a inúmeros tipos de conteúdo, os filtros selecionam as notícias que mais agradam ao usuário. As “timelines” de facebook, twitter, e entre outros, selecionam informações mais identificadas com o perfil do usuário e excluem o restante, criando assim um grande empecilho para o debate, podendo promover certo tipo de intolerância e radicalismo.

3- AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

As Manifestações de março e abril de 2013 em Porto Alegre contra o aumento da tarifa de ônibus foram um marco, pois tiveram êxito, conseguiram suspender o reajuste e a partir daí, desencadeou-se diversos focos de resistência ao redor do país. Inspirados no sucesso ocorrido em Porto Alegre, grupos de diferentes capitais começaram a se organizar para barrar o reajuste da tarifa em seus respectivos estados. Em junho do mesmo ano, ocorreu uma onda de protestos em várias capitais como: Rio de Janeiro e São Paulo, milhares de pessoas se mobilizaram freando o aumento das tarifas. O intuito do movimento a princípio era barrar apenas o aumento da passagem de ônibus, mas como o movimento se tornou gigantesco, começaram a incorporar grupos de diferentes ideologias, as pautas das manifestações começaram a se ampliar. Em São Paulo, o Movimento Passe Livre foi o principal responsável por organizar os atos contra o aumento da tarifa. A luta não era só contra o aumento, mas também pelo valor absurdo da passagem R\$:3,20. Uma parte da sociedade começou a questionar como podem cobrar um alto valor com serviços tão precários. A partir daí, o povo começa a questionar a classe política, requerer um melhor serviço público, segundo relatos do documentário do diretor Carlos Pronzato⁶.

⁵ Relato retirado do artigo: Radicalismo e intolerância na rede: os riscos do ciberativismo; Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/radicalismos-e-intolerancia-na-rede-os-riscos-do-ciberativismo-por-venicius-wu/>; acessado dia: 02/06/2017.

⁶ Documentário: A partir de agora: as jornadas de junho no Brasil; disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rarO0>; acessado dia: 07/06/2017.

Com base nesse documentário, daremos enfoque agora ao Movimento Passe Livre (MPL), com o objetivo de entender como ele se estrutura, e os meios que utilizaram para organizar o movimento na capital paulista. O MPL está presente em cinco países, contam com 40 membros em São Paulo, o movimento não tem liderança, ele não quer representar ninguém. Com o intuito de captar maior número de seguidores, o movimento começou a descentralizar as mobilizações, criando várias manifestações em diferentes pontos da cidade. O movimento também adotou o chamado “tiro curto”, manifestações diárias, segundo a militante Nina Campello. Nota-se que esse modelo de mobilização que presa por ações contínuas é bastante parecido com a ideia da socióloga turca Zeynep Tufekci, descrito no trabalho anteriormente. A autora parte da ideia de que só através de uma mobilização contínua prover-se-á uma pressão suficiente para mudar o sistema e suas estruturas. O MPL utiliza-se das redes sociais para divulgar novos atos, mas nunca deixou as ruas, eles presam por realizações presenciais, a rede só serve como um catalizador, segundo Mayra Vivian, membro do MPL.

Observa-se que esse tipo de visão é um pouco simplista do papel das TICs sob essas manifestações, pois as mídias sociais: “são grandes facilitadoras, uma vez que sincronizam diferentes grupos espalhados num mesmo país ou no mundo, facilitam a coordenação das ações e ajudam a documentar o que está acontecendo”. (BARRETO,2011, p.163 apud (MACEDO; RETT; COSTA, 2012). Para muitos especialistas, o estopim que originou essa revolta desencadeado em todo Brasil foi a repressão violenta da polícia contra os manifestantes. O estado a fim suprimir os motins utilizou-se da violência para coagir os manifestantes, essas práticas arcaicas que sempre surtiram efeito começaram a serem questionadas. Vídeos começaram a circular na rede: policiais massacrando os manifestantes. Em um clima de solidariedade e indignação essas manifestações acabaram ganhando um grande número de simpatizantes, segundo os relatos feitos no documentário: Junho: O Mês Que Abalou o Brasil, do diretor João Wainer. A tamanha selvageria segundo Ouriques⁷ resultou num saldo de: 300 presos e 6 mortos. Através das TICs a verdade por trás da história pôde ser contada, contra a imagens não há argumentos.

⁷ Depoimento dado ao documentário: A partir de agora: as jornadas de junho no Brasil.

4- CONCLUSÃO

Acredito que as TICs impactaram o processo de mobilização política contemporânea em três fatores: no indivíduo, no acesso à informação e sobre as instituições governamentais. Creio que esses fatos impulsionaram a democratização da informação, no primeiro caso mudou-se o produtor de informação, os indivíduos se tornaram atores políticos mais ativos, tornando-se produtores e disseminadores de conteúdos; no segundo caso trata-se do ciberespaço e o seu infinito número de informações que contemplam vários segmentos distintos e por último, destaca-se a lei que garante o acesso à informação.

Ficou claro no decorrer desse artigo que as novas tecnologias nos propiciaram inúmeros meios que de certa forma reforçaram e criaram novos mecanismos para a participação direta da sociedade na política, reforçando de certo modo a democracia. Cidadãos aproveitando-se da brecha criada pela internet, começaram a se organizar e a se manifestar através dela pressionando toda a classe política e o sistema. Essa força foi tão avassaladora que até em um país provinciano e atrasado como é o caso do Brasil, essas reivindicações surtiram efeito provocando mudanças estruturais. As instituições governamentais começaram a divulgar informações sob suas ações através das TICs.

Ao mesmo tempo que as Tecnologias da Informação e Comunicação criaram um colapso no sistema representativo, podem ser a saída para reforçar os laços democráticos entre a sociedade e as instituições. Agora, o distanciamento entre a classe política e seus eleitores está menor, cabem aos políticos se conscientizarem que essa demanda não se dissolverá, caberá a eles adaptar-se a essa realidade. Conscientes dessas demandas, algumas instituições governamentais passaram a criar canais nas redes sociais a fim de abrir espaço para opinião da sociedade sobre determinados temas. As limitações citadas no decorrer do artigo sobre as TICs são fruto de más gestões públicas. A desigualdade de acesso é única e exclusivamente responsabilidade do Estado. Deveriam prover o acesso irrestrito e gratuito a internet. Dessa forma, poderemos proporcionar a todas as classes sociais o direito a reivindicar seus interesses.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

230 mil participaram de protestos no Brasil. Pragmatismo Político. 18/ jun. /2013, Disponível em : <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/resumo-dos-protestos-pelo-brasil.html>>. Acesso dia: 02/06/2017.

A partir de agora. Direção: Carlos Pronzato. Direção de produção: Cristiane Paolinelli: Lamestiza Audiovisual, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rarO0>; acesso dia: 01/06/2017.

ARAÚJO; Thiago. A endêmica violência policial que 'nos empurra' para as Jornadas de Junho. Disponível em: < http://www.huffpostbrasil.com/thiago-de-araujo/a-endemica-violencia-policial-que-nos-empurra-para-asjornadas_a_21673565/>.

Acesso em: 05/ 06/ 2017.

BOFF; Leonardo. 10 lições que podemos tirar da crise no Brasil. Pragmatismo político. 11/04/2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/10-licoes-que-podemos-tirar-da-crise-no-brasil-por-leonardo-boff.html>> . Acesso dia: 05/06/2017.

EISENBERG, José; CEPIK, Marco. Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GINDRE, Gustavo. Internet e Redes Sociais como ferramentas de Mobilização. Oficina Redes Sociais e Mobilização. Cope-UFRJ: 2016.

GOMES, Aline Antunes; LIMA, Luciano de Almeida. Movimentos Sociais em Rede: O Papel Dos Atores Políticos e Sociais na Efetivação da Cidadania Brasileira. Interfaces Científicas, Aracaju, v. 3, p.47-56, jun. 2015.

GUISORDI, P. Patrícia; BORIN, E.S Marissa. Ciberespaço e mobilização política: a campanha da ficha limpa; 2014.

GUTIERREZ; Bernando. Três anos de revolta conectadas. Carta Capital. 20/01/2014. Disponível em :<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/tres-anos-de-revoltas-conectadas-7261.html>>. Acesso dia: 05/06/2017.

Junho - O Mês Que Abalou o Brasil. Direção: João Wainer: Tv Folha.

MACEDO, Fernando Vicente Alves Belarmino de; RETT, Lucimara; COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da. Virtualidades em Movimento e Ciberdemocracia: #foramicarla em Natal – RN. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación, v.14, n.1, Ene-Abr/2012.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. @internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARIE; FHOUTINE. 13 de junho, o dia que não terminou. Carta Capital. 16/09/2013. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia-que-nao-terminou-6634.html>>. Acesso em: 04 /06/2017.

MENDES, Igor. Algumas lições das Jornadas de Junho de 2013. 2016. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-171/6466-algumas-lico-es-das-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em: 01/06/2017.

NOBLAT, Ricardo. A crise de representatividade dos partidos. O Globo. 18/06/2013. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2013/06/a-cri-se-de-representatividade-dos-partidos-editorial-500374.html> Acesso dia: 05/06/2017.

O que resta de Junho. Direção: Vladimir Santafé; Carlos Leal, Diego Felipe. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gQvK9RzOPP8>; acessado dia: 01/06/2017.

RAMINELLI, Francieli Puntel; OLIVEIRA, Rafael Santos de. O Direito ao Acesso à Informação na Construção da Democracia Participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, [s.l.], v. 35, n. 69, p.159- 182, 17 dez. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p159>.

Souza; Ludmila Maria Noronha. Política e internet – uma trajetória da participação individual no contexto democrático. Juiz de Fora: 2016, págs. 49 a 90.

WU, Vinicius. Radicalismos e intolerância na rede: os riscos do ciberativismo. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/radicalismos-e-intolerancia-na-rede-os-riscos-do-ciberativismo-por-vinicius-wu/>> Acesso em: 10 jan.2017.